

Custos dos direitos federativos nos clubes brasileiros

Vinícius Mascarenhas Guerra Curvina (UnB) - vm.guerra@hotmail.com

David Victor Rocha do Nascimento (UnB) - davidvictorrocha@gmail.com

Resumo:

O presente artigo analisa a evidenciação e estruturação dos custos dos direitos federativos nos clubes brasileiros integrantes do Clube dos 13, bem como fatores contábeis indispensáveis à boa leitura financeira deste ativo. Para tanto, foi feita análise das demonstrações contábeis, dos anos de 2010 a 2013, e feito um checklist de 10 itens relacionados a direitos federativos. Como resultado verificou-se que os times do Rio Grande do Sul, Internacional e Grêmio, demonstraram maior frequência de evidenciação dos pontos verificados, demonstrando o maior grau de profissionalismo empresarial dessas equipes, por outro lado, as equipes do Bahia seguidas de Atlético Mineiro e Portuguesa, foram as que menos evidenciaram os aspectos referentes aos direitos federativos denotando um menor grau de profissionalismo contábil na gestão dessas equipes.

Palavras-chave: *Direitos federativos. Evidenciação. Custos.*

Área temática: *Abordagens contemporâneas de custos*

Custos dos direitos federativos nos clubes brasileiros

Resumo

O presente artigo analisa a evidenciação e estruturação dos custos dos direitos federativos nos clubes brasileiros integrantes do Clube dos 13, bem como fatores contábeis indispensáveis à boa leitura financeira deste ativo. Para tanto, foi feita análise das demonstrações contábeis, dos anos de 2010 a 2013, e feito um checklist de 10 itens relacionados a direitos federativos. Como resultado verificou-se que os times do Rio Grande do Sul, Internacional e Grêmio, demonstraram maior frequência de evidenciação dos pontos verificados, demonstrando o maior grau de profissionalismo empresarial dessas equipes, por outro lado, as equipes do Bahia seguidas de Atlético Mineiro e Portuguesa, foram as que menos evidenciaram os aspectos referentes aos direitos federativos denotando um menor grau de profissionalismo contábil na gestão dessas equipes.

Palavras-chave: Direitos federativos. Evidenciação. Custos.

Área Temática: Abordagens Contemporâneas de Custos.

1.INTRODUÇÃO

O futebol é o esporte mais popular no Brasil, sendo uma grande paixão nacional, além de boa opção de lazer, tem a capacidade de unir diferentes classes sociais na prática e na arquibancada.

Esse esporte movimentava cifras financeiras elevadas, que envolvem receitas de publicidade, negociações de atletas, rendas de bilheteria, patrocínios, direitos de imagem, *et cetera*.

Nos clubes brasileiros ainda predomina o modelo de gestão amador, o que serve de barreira para uma projeção econômica do esporte. Mesmo assim ligados a estes clubes estão milhões de torcedores apaixonados, que tem interesse no melhor desempenho de seu clube, inclusive sob o aspecto financeiro e uma gestão mais alinhada as práticas empresariais como já acontece em alguns clubes europeus. Há também interesse do governo brasileiro e incentivo as melhores práticas de gestão.

Por ser uma paixão milionária, diversos investidores têm interesse em fazer aportes nos clubes de futebol brasileiro, mas para tanto as informações patrimoniais dos clubes é que auxiliam essas decisões. (CUSTÓDIO e REZENDE, 2009). No entanto, o modelo de gestão amador acaba por afastar tais investidores sérios. Inclusive, o governo brasileiro tem interesse na modernização da gestão dos clubes de futebol. Essa modernização passa necessariamente por melhores práticas contábeis.

Assim, seria adequado que os clubes buscassem adotar práticas contábeis adequadas e completas no sentido de uma melhor gestão econômica, o que se alinha com os interesses de torcedores, investidores, governos e demais interessados.

No presente estudo, a elaboração de melhores práticas contábeis norteia o caminho do profissionalismo no futebol, que está diametralmente oposto a posição do amadorismo.

Um dos problemas do esporte brasileiro é a sua estrutura deficitária em todos os níveis, pautada especialmente pela falta de planejamento, pois a atual estrutura em clubes sem fins lucrativos o que predomina é o imediatismo, a descontinuidade das ações, a ausência de dados organizados e confiáveis e, em certas ocasiões, a falta de dirigentes capacitados tecnicamente. (SANTOS, BENTO e RESENDE, 2011)

Os clubes de futebol, que são companhias que promovem o serviço do espetáculo das partidas de futebol, que é uma indústria que movimenta uma massa relevante, e colateralmente está associada a negócios. Estes clubes estão associados a três grupos de serviços: espetáculo esportivo, jogadores de futebol e itens distintivos do clube. (LOZANO e GALLEGO, 2011).

É inegável, que o amadorismo ainda cobre boa parte da gestão dos clubes de futebol. Assim a evidenciação contábil de um de seus ativos mais importantes, se não o mais, qual seja, os atletas, acaba sendo mal mensurado e evidenciado, gerencialmente e contabilmente. Estes ativos, classificados como intangíveis, tem características bem peculiares, onde a oscilação entre um maior e um menor valor envolve talento, idade, fluxo de benefício ao clube, entre outros.

Os direitos federativos são registrados a custo histórico pelas entidades desportivas. Ainda, diferente de outros ativos, os direitos federativos têm uma vida útil limitada (FIPECAFI, 2010). Apesar de sua importância alguns clubes de futebol não o evidenciam e mensuram de forma correta. Em contraponto, a adequada evidenciação e mensuração deste ativo, incrementaria positivamente a atividade de futebol.

Nesse sentido, o artigo tem como finalidade precípua analisar e discutir de forma crítica aspectos qualitativos ligados a forma de custeio dos direitos federativos. Essa análise se mostra relevante, como supramencionado, pelo peso que este ativo representa para um clube de futebol e ainda para que interessados tenham acesso a números que são importantes para a tomada de decisões.

A primeira parte do trabalho trata do referencial teórico dos direitos federativos ligados a parte contábil e este contexto econômico dos clubes brasileiros. A seguinte trata da metodologia da pesquisa que se dará de forma precipuamente qualitativa; depois haverá análise dos resultados e por derradeiro, as considerações finais.

Como objetivo, esta pesquisa visa analisar como se evidenciou o custeio dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos principais clubes brasileiros, além disso, estudar se há evolução da qualidade da informação no período de 2010 a 2013. E como hipótese que o amadorismo nos clubes de futebol trarão maus resultados aos aspectos qualitativos ligados ao custeio dos direitos federativos.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

O mercado brasileiro de futebol tem grande importância econômica, em outros países já há estudos mais aprofundados da contabilidade neste ambiente, correlacionando-a com uma gestão mais profissional, sob uma batuta e modelo empresarial, diverso da forma associativa e amadora dos clubes brasileiros, que, não raro, apresentam problemas de gestão. (REZENDE, 2004)

Nesse tipo de modelo associativo, eventuais lucros não são distribuídos a sócios e sim reinvestidos na própria entidade, o que faz por perpetuar ainda mais práticas amadoras. (MARQUES, 2005) Dessa forma, para a melhor estruturação de tomadas de decisões, a contabilidade se posiciona como pilar para investidores, torcedores e terceiros, e assim a importância da evidenciação que contemple tantas informações quantitativas como qualitativas de forma adequada dos direitos federativos nos clubes brasileiros.

Por se tratar de ativos intangíveis, é interessante breve elucidação acerca deste grupo de ativos. Se tratam de fatores não físicos que contribuem ou são usados na produção ou prestação de serviços, ou que tenham expectativa de gerar benefícios futuros para o indivíduo ou firma que o controle. Os ativos intangíveis podem ser classificados em cinco grupos principais: i) marketing; ii) cliente; iii) artísticos; iv) contratos; v) tecnologia. E ainda o *goodwill*. (HITCHNER, 2006).

No contexto empresarial, geralmente são produzidos por pessoas ou empresas em atividades criativas ou inovativas, e gera valor aos seus proprietários e é intangível por não possuir quaisquer dimensões físicas no espaço. (HILL, 1999) Intangível vem do latim *tangere*, ou tocar, e dessa forma bens intangíveis são aqueles que não se pode tocar. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2012)

Assim, devem ser tratados de forma diferente dos ativos tangíveis em virtude de supostas características desafiadoras, tais como, inexistência de usos alternativos; separabilidade, ou seja, não podem ser separados da entidade ou de seus ativos físicos (aqui cabe os direitos federativos como exceção); e incerteza quanto à recuperação, tendo alto grau de incerteza quanto ao valor dos benefícios futuros a serem recebidos pela entidade. (CHAMBERS, 1966 apud SCHMIDT e SANTOS, 2009) E ainda, geralmente o uso não reduz sua utilidade e sua capacidade é o mercado. (BARUCH, 2000)

De acordo com a CVM, quando adquirido de forma individualizada, deverá ser registrado pelo custo de aquisição e classificado de acordo com sua natureza no intangível, fazendo a inclusão de impostos e não recuperáveis, deduzidos abatimentos condicionais. Se diferencia do grupo do imobilizado pela inexistência de substância física, se tiver vida útil indefinida, não sofrerá amortização, mas tão somente um teste de *impairment* ou quando houver indícios de que seja necessário, e se tiver vida útil definida será amortizado pelo período que se espere os benefícios, preferencialmente de modo linear, além disso, seu custo deve poder ser mensurado. (ALMEIDA, 2012)

Assim, o direito que cabe ao clube explorar por determinado tempo o uso do jogador, ou seja, deter seu passe, obedece ao conceito de ativo intangível, que traça as seguintes características: (i) usos alternativos, não retiram o seu valor econômico da expectativa de geração de lucros no futuro; (ii) separabilidade, impossibilidade de que seja separado da empresa, pode ainda ser comprado ou vendido; (iii) incerteza, como o alto grau de incerteza referente ao seu valor. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2012) Para tanto deve ser evidenciado, conforme sinaliza o CPC 04, pois o atleta põe a disposição do clube suas características de jogo, inteligência e outros fatores não tangíveis e seu valor deve ser amortizado pelo tempo de contrato. Defrontados assim como ferramentas de trabalho satisfazem adequadamente a definição de ativos intangíveis.

De acordo com a Lei nº 6.354/76, Lei do Passe, entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observada as normas desportivas pertinentes, se ligando a disposição do atleta com o clube. Passe no sentido literal significa permissão para ir de um lugar para o outro. (SANTOS, 2000)

Com o transcurso temporal a Lei 9.615/98, Lei Pelé, afastou a figura do passe, e no seu artigo 28 preceitua que a atividade de atleta profissional é pactuada mediante contrato formal para uma prática desportiva, com pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter cláusulas para hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral. Tal artigo deu a possibilidade ao jogador de mesmo não havendo negociação com um, permita ao atleta ao final do contrato atuar por outra equipe.

Assim, com o fim do passe, o jogador deixa de ser do clube para estar no clube, no entanto, ainda deve ser entendido como um ativo intangível e assim o deve ser pois a qualidade do elenco do clube, está intimamente ligado ao seu desempenho.

Assim, a figura do passe, deu lugar a cláusula penal que pode ser negociada entre as partes, entidades de futebol e jogadores, e só pode ser exigida para contratos em vigor, enquanto a figura do passe perdurava mesmo após o fim do vínculo entre clube e jogador. O fim do passe constituiu uma dimensão do processo de flexibilização das relações de trabalho (RODRIGUES, 2009).

Com o fim do passe, surge uma nova nomenclatura para definir o vínculo entre clube e jogador, os direitos federativos. Os direitos federativos funcionam como uma licença para o clube utilizar os atletas como seus empregados (RODRIGUES, 2009). Contudo, a figura dos direitos federativos não existe para pactuar a relação de trabalho entre clube e jogador, mas tão somente para ilustrar que determinado clube possui o direito de utilizar determinado jogador.

Ainda, de acordo com a Lei Pelé, pode haver possibilidade de o clube ter direito a ser indenizado por um atleta em formação, e de acordo com seu artigo 6º por um fator multiplicador que aumenta conforme a idade, até o limite de 20 anos, que consiste na bolsa aprendizagem que se traduz em benefício financeiro, que não constitui vínculo trabalhista, e pode ser entendido como o investimento do clube no atleta. Daí a importância em ter o custeio do atleta em boa ordem.

O direito federativo também não se confunde com os direitos econômicos. Direito federativo é o direito do clube em registrar o atleta na Federação, já os direitos econômicos representam a receita gerada com a transferência do atleta e decorre da cessão onerosa dos direitos federativos. Os direitos econômicos decorrem de uma negociação, enquanto que os direitos federativos são o direito ao exercício e uso do jogador, inviabilizando a hipótese do mesmo jogador poder atuar em duas ligas distintas simultaneamente, ou na mesma liga por outro clube.

Antes a figura dos direitos federativos, entendida como passe, era contabilizada no ativo imobilizado, mas pela definição e enquadramento e com a evolução da contabilidade e também pelas normas IAS 28 – *Intangible Assets*, tal ativo passou a ser evidenciado como intangível. Para os clubes os jogadores de futebol são como ativos humanos e nesta esteira devem ter sua classificação como ativos intangíveis (MORROW, 1996).

Dado o modelo contábil vigente, os direitos federativos são intangíveis, e para sua mensuração usam o custo histórico como base de valor, e para fins de registro inicial do ativo. Empregam também a abordagem da amortização que é o melhor método a empregar para fins de medição periódica de resultado (FIPECAFI, 2010).

Ativos intangíveis são mais rejeitados na inclusão de relatórios financeiros mesmo com a perspectiva de mensuração a custo histórico, pois sua existência não é verificável e não podem ser medida com o mesmo grau de confiabilidade como ativos tangíveis. No entanto, os ativos intangíveis têm forte impacto na mensuração do desempenho e capacidade de uma empresa, ou clube de futebol, influenciando sua capacidade em gerar dinheiro. Dessa forma, influenciam decisões econômicas, e sua correta evidenciação nas demonstrações contábeis melhora a decisão dos usuários (ROWBOTTOM, 1998).

Os jogadores de futebol são os elementos com o maior valor para um clube de futebol (MORROW, 1996). Assim, os clubes deverão reconhecer os atletas como ativos, pois são ativos perfeitamente identificáveis, o clube detém o controle sobre o jogador por meio de contrato assinado entre as partes, a fim de obter benefícios futuros (BORGES, 2011).

Nesta esteira, as habilidades técnico-intelectuais, além do uso da imagem pessoal do atleta é algo integrante, presente e pertencente a toda e qualquer pessoa, revestindo-se, portanto, de um caráter intangível. Sendo, portanto, um bem do clube que para outro utilize dependerá de prévio consentimento do dono do ativo (BASTOS, PEREIRA e TOSTES, 2007).

Em consonância com o IAS 38, diante da relevância dos ativos intangíveis e da necessidade de maior transparência nas demonstrações contábeis e da harmonização com as normas internacionais, foi inserido o grupo de intangíveis a fim de melhor evidenciar determinador bens e direitos (CARDOSO, MAIA e PONTE, 2012). Vale

ressaltar, que os direitos federativos enquadrados como ativos intangíveis, tanto conceitualmente, como economicamente, parece ser mais inteligível do que a forma anterior que considerava direitos federativos como ativo imobilizado.

No entanto, a maioria dos clubes brasileiros está constituída sob a forma de entidades sociais sem fins lucrativos e os dirigentes acabam que se preocupar somente com o momento, sem fazer políticas duradouras, essa forma de administrar é o oposto da profissionalização. A melhora na informação contábil torna-se indispensável para que os clubes possam atrair investidores e maximizem seu desenvolvimento econômico (CUSTÓDIO e REZENDE, 2009).

Por ainda conviver com essas práticas de amadorismo, se faz necessário analisar se os clubes brasileiros estão evidenciando adequadamente os direitos federativos, ou seja, o direito em explorar os jogadores de futebol por determinado período de tempo, porque como já exposto aqui, trata-se do ativo mais importante aos clubes de futebol.

2.1. Pesquisas Anteriores

Diversas pesquisas acadêmicas estão voltadas a estudar o mercado do futebol, não só pela sua capacidade econômica, mas também por outras perspectivas tais como filosóficas, sociais, culturais, entre outros. Um estudo com um enfoque sociológico como apresentado por Santos e Monastirsky (2012) analisa as raízes e o valor cultural do time de futebol Operário Ferroviário Esporte Clube para a cidade de Ponta Grossa, estendendo a dimensão dos estudos do futebol sob outros entendimentos que não só econômico.

Sendo assim, o futebol passa a ser encarado também como uma atividade de interesse social, no entanto pelo amadorismo é de se pensar que corrupção e práticas ofensivas a boa prática de gestão contaminem os gramados brasileiros. Albuquerque e Cavalcanti (2007) traçaram pesquisa sobre Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no Estado da Paraíba e concluíram que apenas 9% possuíam alto nível de evidenciação, destacando da mesma forma que acontece no futebol um amadorismo na gestão dessas organizações.

Feliciano (2010) aborda sobre a falta da contabilização homogênea para o futebol no mercado europeu, e destaca a diferenciação da contabilização entre os direitos sobre os jogadores de futebol formados pelo clube e dos adquiridos externamente, e que o aspecto de sua contabilização se mostra de grande importância para a relação com investidores, pois estes ativos representam parte importante nos clubes de futebol.

Cunha (2009) abordou o grau de cumprimento dos clubes de futebol europeu face os normativos contábeis, em especial sob a norma IAS 38, e evidenciou que as sociedades desportivas têm baixo grau de cumprimento de exigência de normas e muita dispersão dos valores registrados. Foi analisado o mercado Europeu especificamente o país de Portugal, que em tese tem uma gestão mais profissionalizada inclusive com modelo de clubes empresas, listados em bolsa. Custódio e Rezende (2009) verificaram se as demonstrações contábeis dos clubes brasileiros adotavam critérios uniformes para eventos semelhantes, e a importância da comparabilidade, e atestaram também a falta de padrões que reflete em problemas de comparabilidade e transparência. Assim, como em Portugal, os clubes brasileiros tendem a ter uma falta de homogeneidade nas demonstrações contábeis e isso se traduz em um problema para uma gestão mais madura.

Cardoso, Maia e Ponte (2012) analisaram níveis de *disclosure* entre clubes brasileiros e europeus nos ativos intangíveis e concluíram que os clubes europeus apresentam maior nível de *disclosure* que os brasileiros.

No entanto, cumpre ressaltar, a importância tanto do futebol como um grande mercado econômico, como a tendência a uma profissionalização da gestão leva a ter benefícios futuros, e isso se dá também por meio de melhores práticas contábeis, e da valorização e de parametrização e evidenciação de custos em especial os principais dos times de futebol, os intangíveis. Bastos, Pereira e Tostes (2007) analisaram o nível de evidenciação dos clubes de futebol em relação a seus atletas e quanto melhor a evidenciação menor a discrepância entre valor do clube e o seu valor contábil. Tal estudo reitera a importância de uma boa contabilidade de custos para as equipes de futebol.

Ainda, Rezende, Dalmácio e Salgado (2010) perceberam que o nível de evidenciação das demonstrações contábeis está correlacionado ao tamanho econômico do clube, premissa que adotaremos para a escolha da metodologia que será enfocada para os maiores clubes brasileiros a fim de estabelecer conexões com o resultado e uma caminhada rumo a uma gestão mais profissional. Mesmo assim de acordo com Santos, Bento e Resende (2011) que analisaram os clubes de futebol pertencentes ao Clube dos 13, constataram que problemas as demonstrações contábeis destas equipes são insuficientes para a transformação em S/A, ou uma tendência ao modelo clube-empresa.

O fortalecimento da gestão no esporte é essencial a modernização esportiva e nos clubes de futebol se faz pelo amadurecimento e melhora das práticas contábeis. Rowbottom (1998) estudou acerca das variações das transferências no mercado de futebol e ainda fez uma relação do valor do jogador como um ativo intangível. Sendo o jogador o principal ativo do clube é necessário que os clubes possuam boas métricas de mensuração e bons arranjos para a evidenciação desses ativos.

Louro (2000) aborda a dimensão dos valores dos intangíveis como ativo estratégico para a ação das organizações e a necessidade de um correto tratamento de custeio e avaliação. Mnzava (2013) analisou o impacto dos intangíveis no desempenho financeiro das equipes de futebol, buscando relações de causa e efeito e estratégias para aquisição, manutenção e ganhos de competitividade por meio relacionados aos intangíveis.

Sendo assim, é importante que as equipes brasileiras mensurem adequadamente seu ativo intangível e em especial os direitos federativos do clube. Sellito e Ribeiro (2004) analisaram métricas para a construção de indicadores para avaliar aspectos intangíveis, por meio de variáveis estatísticas. Já em outro estudo, Gurel, Ekmekçi e Kuçukkaplan (2013) analisam a mensuração do capital intelectual nos clubes de futebol da primeira divisão da Turquia e destacam a importância da evidenciação adequada dos ativos intangíveis.

Pelo exposto, fica clara a farta literatura acerca de trabalhos que se preocupam em estudar e se debruçar sobre o mundo do futebol sob diversos matizes, em especial, por meio da contabilidade e a importância na métrica da construção de valor dos jogadores de futebol.

De acordo com o estudo Silva, Teixeira e Niyama (2009) que analisaram o nível divulgação dos clubes brasileiros, correlacionando com o total de receitas recebidas pelo clube de futebol, foi constatado que os melhores índices de evidenciação estão ligados a um maior número de usuários. Sendo assim, se o futebol pretende se modernizar e alçar vôos com um maior número de parceiros (investidores) deve se pautar por melhores níveis de evidenciação. Ainda, Bushman e Smith (2003) analisaram a evidenciação contábil a luz dos impactos no ambiente econômico, e como fim elucidam que um aumento na qualidade da evidenciação propicia oportunidades de investimento de mercado, além de outros benefícios correlatos que são importantes a esfera do futebol brasileiro, tal como a prevenção de fraudes e redução da assimetria informacional.

Sendo assim, a evidenciação do custo adequado dos ativos intangíveis nos clubes de futebol, em especial os direitos federativos, se faz importante para entender a dimensão as barreiras e gargalos do esporte que é paixão nacional, rumo a uma gestão profissionalizada.

3. METODOLOGIA

O processo metodológico desta pesquisa será predominantemente qualitativo, efetuado por meio de *checklist*, e explorado de forma quantitativa quantos aos resultados desse processo.

O estudo visa analisar o mercado de futebol brasileiro, sob o enfoque da evidenciação dos custos dos direitos federativos e para tanto, se pautou pela amostra dos times de futebol integrantes do Clube dos Treze, no qual estão associados os times mais influentes, com maiores torcidas e mais ricos do país. Para tanto, serão analisadas as demonstrações contábeis, especialmente o Balanço Patrimonial e as Notas Explicativas, de 2010, 2011, 2012 e 2013 dos 20 clubes pertencentes ao Clube dos Treze, a saber: Atlético-MG, Atlético-PR, Bahia, Botafogo, Corinthians, Coritiba, Cruzeiro, Flamengo, Fluminense, Goiás, Grêmio, Guarani, Internacional, Palmeiras, Portuguesa, Santos, São Paulo, Sport, Vasco da Gama e Vitória.

Para tanto, os dados serão coletados dos sites de cada clube, pois conforme determina a Lei da Timemania, os clubes devem ter essas informações em seus sites próprios. Sendo assim, os 20 sites dos clubes serão visitados e os dados serão colhidos destes sites. Serão considerados na amostra apenas os times que tenham as quatro demonstrações no site, sendo que qualquer que seja o ano faltante o time será excluído.

Mesmo com a Lei de Timemania, alguns clubes, ao encontro com a hipótese já mencionada de um amadorismo no gerenciamento dos clubes, vez que Coritiba, Guarani, Sport e Vitória, foram descartados da amostra do estudo, por falta de dados.

Para Coritiba e Sport os sites não disponibilizaram qualquer tipo de demonstração financeira e nem mesmo o site da federação de futebol paranaense, para Coritiba e a pernambucana para o Sport disponibilizam essa informação. Quanto ao Vitória não encontrou-se dados referentes aos quatro anos da amostra em seu site, tampouco a federação baiana zela por qualquer destes demonstrativos. Já o Guarani que possui uma seção bem organizada no site para os demonstrativos contábeis, não disponibiliza os demonstrativos de 2011, nem tampouco há essas informações no site da Federação Paulista de Futebol.

Portanto, a amostra final se restringiu a 16 clubes em quatro períodos, de 2010, 2011, 2012 e 2013, foram analisados 64 demonstrativos financeiros no total, sob a mesma perspectiva de *checklist*.

Serão analisados fatores isolados para cada clube, em uma perspectiva temporal e em grupo para saber se a média dos indicadores melhorou para as demonstrações do clube. Para tanto, foi planejado um *checklist* de fatores relacionados ao custeio e divulgação dos direitos federativos e que certamente apoiariam e forneceriam bons insights aos investidores. Foram observados 10 fatores ligados aos custos, elencados e explicados conforme quadro 1 abaixo.

Checklist	
Itens	Análise do nível de evidenciação do custo dos direitos federativos
1	Conta específica para Atletas Profissionais
2	Custo de Contratação. Se há menção quanto ao custo de contratação com gastos com aquisição de direitos econômicos de atletas profissionais.
3	Detalhamento de Custo. O clube prover de forma individualizada, ou por grupo, ou as mais importantes contratações de forma separada.
4	Contabilização da Amortização. Uso da amortização para atletas profissionais que possuem contratos por tempo determinado.

5	<i>Impairment</i> . Se há mensuração em baixas, lesões e desvinculações nos atletas profissionais do clube.
6	Conta específica para Atletas Formados
7	Conta específica para Atletas em Formação
8	Evidenciação dos custos associados à formação do Atleta.
9	Detalhamento dos custos em subgrupos de custos, devendo haver pelo menos dois grupos de custos para os atletas em formação.
10	Transferência dos atletas em formação. Observar se é feita a transferência dos atletas em formação e de que forma é mensurada (se há correspondência quanto a este fator).

Quadro 1: Fatores relacionados ao custeio e divulgação dos direitos federativos.

Aos itens do *checklist* que cumprirem a exigência será atribuída o valor 1 e para aqueles que não fizerem menção será atribuído o valor 0. Ao final estes valores serão somados a fim de obter um *score* do período e do clube, a fim de fornecer dados para a comparação temporal dos clubes.

4. RESULTADOS

Os resultados do *checklist* foram plotados conforme se observa no quadro 2, onde foi atribuído “1” para resultados positivos ao *checklist* e “0” para resultados negativos, analisados por clube e por período de observação. Para cumprimento de alguns itens bastou que se estivesse mencionado de alguma forma nas demonstrações contábeis, por exemplo, o item 5, que trata da mensuração por baixa, lesões e desvinculações aplicando teste de *impairment*, nenhum clube aplicou o teste, ou fez menção de teste especificamente nas notas explicativas. No entanto, a menção ao uso do teste caso fosse necessário acarretou a atribuição positiva quanto ao item.

Nome do Clube	Ano	Itens										Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Atlético-MG	2013	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	4
Atlético-MG	2012	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	4
Atlético-MG	2011	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	4
Atlético-MG	2010	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	4
Atlético- PR	2013	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	7
Atlético- PR	2012	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	7
Atlético- PR	2011	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5
Atlético- PR	2010	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5
Bahia	2013	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	3
Bahia	2012	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	3
Bahia	2011	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	3
Bahia	2010	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Botafogo	2013	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	9
Botafogo	2012	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	8
Botafogo	2011	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	8
Botafogo	2010	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	6
Corinthians	2013	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	8
Corinthians	2012	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	6
Corinthians	2011	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	6
Corinthians	2010	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	5
Cruzeiro	2013	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	5
Cruzeiro	2012	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	5
Cruzeiro	2011	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	5
Cruzeiro	2010	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	5
Flamengo	2013	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	7
Flamengo	2012	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	7
Flamengo	2011	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	8

Flamengo	2010	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	6
Fluminense	2013	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	5
Fluminense	2012	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	5
Fluminense	2011	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	3
Fluminense	2010	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	6
Goiás	2013	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	9
Goiás	2012	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	8
Goiás	2011	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	7
Goiás	2010	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	7
Grêmio	2013	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Grêmio	2012	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	9
Grêmio	2011	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	9
Grêmio	2010	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	9
Internacional	2013	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Internacional	2012	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Internacional	2011	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Internacional	2010	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Palmeiras	2013	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	7
Palmeiras	2012	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	7
Palmeiras	2011	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	7
Palmeiras	2010	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Portuguesa	2013	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	4
Portuguesa	2012	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	4
Portuguesa	2011	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	4
Portuguesa	2010	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	4
Santos	2013	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	9
Santos	2012	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	7
Santos	2011	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	7
Santos	2010	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	7
São Paulo	2013	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	8
São Paulo	2012	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	6
São Paulo	2011	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	6
São Paulo	2010	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	6
Vasco da Gama	2013	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5
Vasco da Gama	2012	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5
Vasco da Gama	2011	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5
Vasco da Gama	2010	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2: Análise da Evidenciação dos Custos com Direitos Federativos

Três clubes obtiveram nos quatro anos resultados inferiores a 40% dos itens. A equipe do Bahia obteve o pior resultado de evidenciação de custos, não reportando adequadamente os direitos federativos que foram classificados no grupo de imobilizado. Obteve o pior resultado no somatório de itens de um ano, em 2010, de todos os aspectos abordados cumpriu apenas um, relativo aos custos associados aos atletas.

As outras duas equipes com resultados ruins, Portuguesa e Atlético-MG atenderam nos quatro anos abordados apenas quatro dos dez critérios propostos. Quanto à Portuguesa, não há referência em suas demonstrações a jogadores em formação ou formados pelo clube, mas há razoável detalhamento quanto a contratos de jogadores profissionais do clube, sendo um número pequeno. Já o Atlético-MG aborda apenas aspectos básicos não reportando de forma adequada os custos com direitos federativos.

O Internacional obteve o melhor desempenho nas demonstrações dos custos com direitos federativos e uma organização adequada na evidenciação dos ativos intangíveis, tendo sido a única equipe a atender a todos os critérios analisados pelo *checklist*, nos quatro anos abordados. Também como destaque positivo, outra equipe gaúcha, o Grêmio atendeu a mais de 90% dos critérios selecionados nos quatro anos de análise, só

não evidenciando um detalhamento quanto ao custo das equipes com atletas profissionais, nos três primeiros anos.

Mesmo assim, para os critérios pautados no trabalho, mesmo não sendo atribuído um rigor quanto à melhor forma de evidenciação, mas que tão somente a menção a determinado aspecto acarretaria a positivação do item, apenas 62% dos itens foram atendidos pelos clubes de futebol brasileiros em suas demonstrações.

	Itens (2010 – 2013)										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Soma	58	50	21	62	14	31	55	54	26	25	396
Média	0,90	0,78	0,32	0,96	0,21	0,48	0,85	0,84	0,40	0,39	0,62

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3: Soma e Média dos itens do *checklist*.

Cinco times apenas atenderam o item 5, *impairment*, a saber: Corinthians, Fluminense, Goiás, Grêmio e Internacional. Sendo o item com a menor frequência, apenas 21%. O Fluminense destacou o teste somente no ano de 2011, não fazendo qualquer menção no ano de 2010 e deixando de fazer no ano de 2012 e 2013. Já o Corinthians, não o mencionou em 2010, e o Internacional, que aplicou nos quatro anos, faz referência ao teste abordando que deve ser aplicado quando houver necessidade e que os gerentes o fazem sempre que há resquícios de perdas nos valores dos direitos federativos, no entanto, não há qualquer demonstração de que o teste tenha sido realizado. O Grêmio faz alusão ao teste e explica que estes direitos federativos são protegidos e segurados à equipe.

Como o teste de *impairment* serve como uma reavaliação apenas para diminuir o valor do ativo analisado, e do ativo do clube para figurar uma boa impressão, estes podem não aplicar o teste da forma adequada, e também para atender seus interesses de negociação dos jogadores. Cumpre destacar, que a não realização deste item acaba que por diminuir as informações importantes acerca da atividade do clube, vez que tem nítida relação com o seu plantel.

Na outra ponta, quatro itens obtiveram frequência superior a 80% nas demonstrações abordadas são eles: 1) Conta de atletas profissionais; 4) amortização; 7) Conta específica para atletas em formação e 8) Custos associados aos atletas em formação. Sendo a amortização o item com a maior frequência, que deixou de ser evidenciado apenas em um ano por Bahia e Fluminense.

Quanto às contas específicas, apenas 48% dos clubes evidenciam a conta de atletas formados, e a conta de atletas profissionais e atletas em formação que deveria ser regra ainda comporta exceções na amostra abordada.

Quanto aos períodos abordados houve ligeira melhora na evidenciação dos custos do ano de 2010 para 2013 pelos critérios abordados, conforme se depreende do quadro 4. Em 2010 apenas 55% dos itens analisados foram de fato evidenciados, já no ano de 2013 foram 68% dos itens, aumento de 13.

Ano	2013	2012	2011	2010
Soma	110	101	97	88
Média	0,68	0,63	0,60	0,55

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4: Soma e Média dos itens por período

Algumas equipes têm destaque quanto ao incremento na melhora da evidenciação dos itens analisados, como o Palmeiras que no ano de 2010, obteve apenas um score de 2, e nos demais anos de 7. Duas equipes cariocas, Flamengo e Fluminense

oscilaram os resultados obtidos nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, com três scores diferentes para os itens analisados, o que demonstra a falta de uniformidade nas demonstrações apresentadas ao longo do tempo, e assevera a hipótese do amadorismo no futebol brasileiro. As demais equipes, de uma forma geral, obtiveram ou resultados de forma constante ou com melhores resultados ao longo do tempo.

Ainda, vale destacar, que como não há critérios rígidos quanto à evidenciação dos itens analisados, fica difícil entender os critérios abordados pelos clubes como metodologia de custeio para os direitos federativos, pois estes se encontram de forma muito discrepante nas demonstrações contábeis dos clubes. Em regra, o custo dos atletas profissionais se dá pelo custo de aquisição e sua amortização preferencialmente de forma linear, o que de certo colide com conceitos como custo de oportunidade.

Face ao exposto, a metodologia de custeio dos direitos federativos e sua apresentação nas demonstrações contábeis dos clubes não seguem uma forma padronizada, sendo sua confecção à vontade e alvedrio dos gestores, e reflete o amadorismo que está nas entranhas do futebol brasileiro. Assim, os estudos de como os clubes evidenciam os custos dos direitos federativos destaca a desorganização e a gestão amadora do esporte no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo e compreensão dos intangíveis na contabilidade dos clubes de futebol no Brasil, no enfoque dos direitos federativos e a evidenciação de seu custeio é de fundamental importância, a fim de se traçar um norte no avanço da profissionalização da gestão das equipes.

O cerne do presente artigo foi analisar o grau de evidenciação e de como é abordado o custeio nos times de futebol brasileiro, especialmente em face à obrigatoriedade das publicações contábeis, por imposição da nova lei da Timemania. Ainda, entender se há uma baixa disposição a evidenciação de custeio dos ativos intangíveis devido a um amadorismo na gestão dos clubes de futebol, onde o baixo grau de divulgação, em uma relação contemporânea, está associado com o amadorismo na gestão do esporte.

Tal como traço inicial da hipótese formulada, foram examinadas as demonstrações contábeis dos times de futebol que em geral não seguem uma regra ou um parâmetro e ainda se encontram, no caso dos maiores times de futebol do Brasil, muitas discrepâncias nas demonstrações. Ainda há de se ressaltar que quatro times selecionados nem chegaram a compor a amostra, pois sequer cumpriram a exigência legal de publicação das demonstrações em sítio eletrônico. O resultado médio da evidenciação dos custos dos direitos federativos alcançou o percentual de 62%, no entanto, tal número não acompanha a falta de regras e a baixa qualidade da disposição das informações se comparadas aos padrões contábeis de clubes-empresas do futebol europeu.

Depreende-se, então, que a hipótese do amadorismo no futebol brasileiro resta confirmada e que uma gestão profissional e um tratamento contábil completo, como no caso das equipes gaúchas, Internacional e Grêmio, quanto aos itens em análise, ainda são exceção no esporte brasileiro, em que algumas equipes não chegam a divulgar o básico de conteúdo e chegam a resultados marcados pela péssima qualidade das informações contábeis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo C. **Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária**: São Paulo, Atlas, 2012.

ALBUQUERQUE, L. S; CAVALCANTE, P. R. **O nível de evidenciação das informações contábeis geradas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da Paraíba.** In: ENCONTRO DA ANPAD- EnANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro/RJ. *Anais*. Rio de Janeiro: Anpad, 2007.

AMIR, E. LIVNE, G. **Accounting Valuation and duration of football player contracts.***Journal of Bussiness, Finance and Accounting*, 32(3) & (4), April/May 2005.

BARUCH, Lev. **Intangibles: management, measurement and reporting.** Washington, D.C: BrookingsInstitution Press, 2000.

BASTOS. Paulo S. S. PEREIRA, Roberto M. TOSTES, Fernando P. **Uma contribuição para a evidenciação do ativo Intangível – Atletas – dos clubes de Futebol.** Revista Pensar Contábil, vol. 9 n° 36, 2007.

BORGES, L. H. **Do complexo de vira-latas ao homem genial: o futebol como elemento constitutivo da identidade brasileira nas crônicas de Nelson Rodrigues, João Saldanha e Armando Nogueira.** Dissertação em História – UNB, 2006.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. **Transparency, financial accounting information, and corporate governance.** *EconomicPolicyReview*. n. 1, p. 65-87, abr. 2003.

CARDOSO, Vanessa I. da C. MAIA, Anna B. G. R. PONTE, Vera M. R. **Práticas de disclosure do ativo intangível em clubes de futebol.** Congresso USP 2012.

CHAMBERS, Raymond J. **Accounting, evaluation and economic behavior.** New Jersey: Prentice Hall, 1996.

CUNHA, R. G. D. L. **Divulgação de informação e direitos de inscrição desportiva sobre jogadores: Estudo da IAS 38 em clubes de futebol europeus.** Dissertação. ISCTE Business School, Instituto Universitário de Lisboa, Setembro, 2009.

CUSTÓDIO, Ricardo dos S. REZENDE, Amaury J. **A evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros.** Congresso USP 2009.

CUSTÓDIO, R.; REZENDE, A. J. **A evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros.** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9. 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2009.

FELICIANO, P. M. B. **Os activos intangíveis nas Sociedades Anónimas Desportivas Portuguesas e sua influência na cotação das suas acções.** Projeto de mestrado. ISCTE Business School, Instituto Universitário de Lisboa, Novembro, 2010.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUREL, P. EKMEKÇI, Y. A. D. KUÇUKKAPLAN, I. **Measuring Intellectual capital for football Clubs: Evidence From Turkish Division Football League.** Pamukkale Journal of Sport Sciences, 2013, vol. 4, n.1, p. 36-47.

HENDRIKSEN, E. S. VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 2012.

HILL, P. **Tangibles, intangibles and services: a new taxonomy for the classification of output**. *The Canadian Journal of Economics*, vol. 32, no. 2, Apr., 1999.

HITCHNER, J. R. **Financial Valuation: applications and Models**. 2° ed. John Wiley & Sons, Inc. 2006

LOURO, M. J. S. **Modelos de Avaliação de Marca**. *Revista de Administração de Empresas*, Abr/Jun. 2000, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 26-37.

LOZANO, F. J. M. GALLEGO, A. C. **Deficits of accounting in the valuation of rights to exploit the performance of professional players in football clubs. A case study**. Paper, *Manager control*, Novembro 2011.

MARQUES, D. S. P. **Administração de clubes de futebol profissional e governança corporativa: um estado de casos múltiplos com clubes do estado de São Paulo**. 2005. 189f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MNZAVA, B. **Do intangible investments matter? Evidence from soccer corporations**. *Sport, Business and Management*, vol. 3, n 2, 2013, p. 158-168.

MONASTISKY, L. B. SANTOS, E. R. **Operário Ferroviário Esporte Clube: patrimônio cultural de Ponta Grossa**. *RAEGA*, Curitiba, 24, p. 52-68, 2012.

MORROW, S. **Football players as human assets measurement as the critical factor in asset recognition: a case study investigation**. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, v. 1 Iss 1, p. 75-97, 1996.

REZENDE, A. J. **Estudo sobre as decisões identificadas na gestão de contratos de jogadores de futebol: o caso do Clube Atlético Paranaense**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; SALGADO, A. L. **Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros**. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 13, n. 2, p.36-50, mai./ago. 2010.

RODRIGUES, Francisco X. F. **Direitos Federativos, Negociações de jogadores e flexibilização de contratos de trabalho no futebol brasileiro**. *Revista Barbarói*, n° 30, Ano 2009/1, 2009.

ROWBOTTOM, N. **Intangible asset accounting and accounting policy selection in the football industry**. The University of Birmingham, England, 1998.

SANTOS, A. C. dos. BENTO, D. L. da S. RESENDE, A. L. **Abertura de Capitais: Uma análise das possibilidades dos clubes de futebol brasileiros**. 8° Congresso USP de iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, 28 e 29 julho de 2011.

SANTOS, Antônio S. F. **Prática Desportiva: Lei Pelé com alterações da Lei n. 9.981, de 14/07/2000.** Belo Horizonte: Inédita, 2000.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação dos intangíveis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SELLITTO, M. RIBEIRO, J. **Construção de indicadores para avaliação de conceitos intangíveis em sistemas produtivos.** Gestão & Produção. v. 11, n. 11, pág. 75-90, 2004.

SILVA, César A. T. TEIXEIRA, Higor de M. NIYAMA, Jorge K. **Evidenciação Contábil em entidades desportivas: Uma análise dos clubes de futebol brasileiros.** Congresso USP 2009.